



*Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves*

115

Sexta Câmara Cível

Embargos de Declaração n.º 0088855-1/03

Embargante: Companhia de Seguros Aliança do Brasil S/A

Embargado: Yara Cristina Almeida e Outros

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

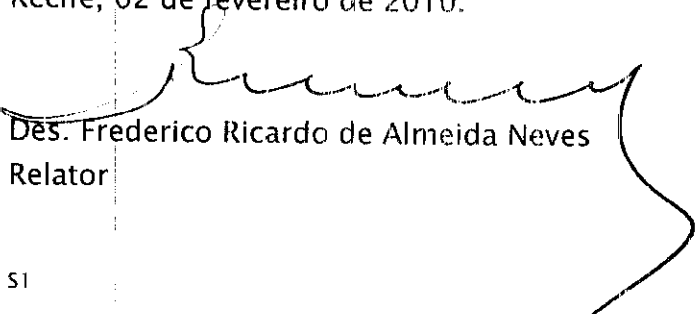
EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS: OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTENTES. FINALIDADE REVISORA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- Os embargos de declaração visam esclarecer obscuridades, afastar contradições e suprir omissões eventualmente existentes no ato judicial embargado, não se prestando, em bom rigor, ressalvadas situações excepcionais, para, reabrindo a discussão acerca de questões já enfrentadas pelo órgão jurisdicional, permitir a revisão ou a anulação do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes aclaratórios tombados sob o nº 0088855-1/03, acordam os desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento respectiva, por unanimidade de votos, em desprover o recurso, na forma do voto do Relator.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

116

Sexta Câmara Cível

Embargos de Declaração n.º 0088855-1/03

Embargante: Companhia de Seguros Aliança do Brasil S/A

Embargada: Yara Cristina Almeida e Outros

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos contra o Acórdão de fl. 22, da E. Sexta Câmara Cível, assim sumariado:

"-AGRAVO. ART. 557, §1º, CPC. CONSUMIDOR. SEGURO SAÚDE. BOA-FÉ. ALEGAÇÃO DE DOENÇA PRÉ-EXISTENTE. MATÉRIA PROBATÓRIA. AGRAVO IMPROVIDO

- o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco editou a Súmula nº 8, segundo a qual "é abusiva a negativa de cobertura de doença pré-existente, quando o usuário não foi submetido a prévio exame médico, salvo comprovada má-fé". No caso sob julgamento, a alegação de que os beneficiários tinham conhecimento da doença (hipertensão arterial) que acometia seu falecido pai restou por afastada, pois o atestado médico apresentado não precisa o exato momento em que se iniciou o tratamento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo 88855-1/02, acordam os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator. Recife, 01 de outubro de 2009. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves. Relator".

117
Procura o embargante, resumidamente, em suas razões recursais, além da finalidade de prequestionamento da questão federal invocada, demonstrar "o posicionamento contraditório e omissivo dos Nobres Desembargadores compositores deste E. Tribunal de Justiça," no tocante à inobservância da necessidade de intimação correta da apelante/embargante para saneamento do suposto vício".

É o relatório, naquilo que de essencial havia para ser registrado

VOTO

O Desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves (Relator) proferiu o seguinte voto:

Nada a aclarar no Acórdão embargado, não passando o presente recurso de tentativa inútil de modificar a decisão alcançada; daí o seu caráter infringente.

As questões postas na lide recursal foram examinadas e decididas pela Câmara Julgadora, não havendo contradição ou mesmo omissão no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pelo Embargante.

Tal circunstância, porém, não enseja a revisão da matéria como pretende a Embargante, isso porque os aclaratórios não se prestam para reabrir a discussão sobre pontos que foram agitados pelas partes e efetivamente apreciados pelo órgão julgador.

Os embargos de declaração visam expungir obscuridades, afastar ¹¹⁸ contradições e suprir omissões que eventualmente se registrem no ato judicial embargado.

Na espécie em análise, contudo, não há sequer alusão a qualquer dos vícios de embargabilidade, previstos no artigo 535, do Código de Processo Civil.

A via recursal eleita aponta o posicionamento contraditório e omissivo dos Nobres Desembargadores compositores deste E. Tribunal de Justiça, no tocante à inobservância da necessidade de intimação correta da apelante/embargante para correção do defeito de representação. O que, em verdade, não aconteceu, uma vez que o vício já foi sanado no Agravo nº 0088855-1/01, como ratificou o próprio embargante (fl. 04). Ademais, os presentes embargos declaratórios foram interpostos contra o acórdão do Agravo nº 0088855-1/02, que não foi passível de questionamento a apontar desacerto da veneranda decisão.

Como se vê, não há vício a ser sanado por intermédio dos presentes aclaratórios.

Ponto importante a reter está na constatação de o acórdão embargado haver enfrentado, como visto, a tese jurídica agitada na contenda recursal apelatória, muito embora tenha deixado de referir explicitamente o artigo 13 do Código de Processo Civil.

No particular, é de ser chamado a depor o escólio de Egas Dirceu Moniz de Aragão, para quem: "...tem-se admitido como tacitamente pré-questionado tema cujo respeito o Tribunal emitira julgamento, embora sem referir a norma legal incidente. Mas parece que em tais casos o

119
problema nem se apresenta, pois, se alguma questão fora julgada, mesmo que não seja mencionada a regra da lei a que está sujeita, é óbvio que se trata de matéria 'questionada' e isso é o quanto basta" (Pré-questionamento, Revista Forense, v.328, pág. 43).

A jurisprudência do STJ não dissente desse entendimento, bastando atentar para o seguinte aresto:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO A QUE FOI NEGADO SEGUIMENTO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. ACIDENTE DE TRÂNSITO COM MORTE. ALEGAÇÃO DE DESNECESSIDADE DE PREQUESTIONAMENTO EXPLÍCITO. JURISPRUDÊNCIA UNÍSSONA DO STJ EM ADMITIR O PREQUESTIONAMENTO IMPLÍCITO. DANO MORAL. VERBA REPARATÓRIA QUE ATENTE AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO, O PRINCÍPIO DO RAZOÁVEL E OS PARÂMETROS DESTA EGRÉGIA CORTE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DESTA CORTE SUPERIOR. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. DECISÃO AGRAVADA DEVE SER MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. (AgRg no Ag 968.859/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 24/08/2009).

O jurista PONTES DE MIRANDA, com adequação ao caso, preleciona que, nos embargos declaratórios, "não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima"

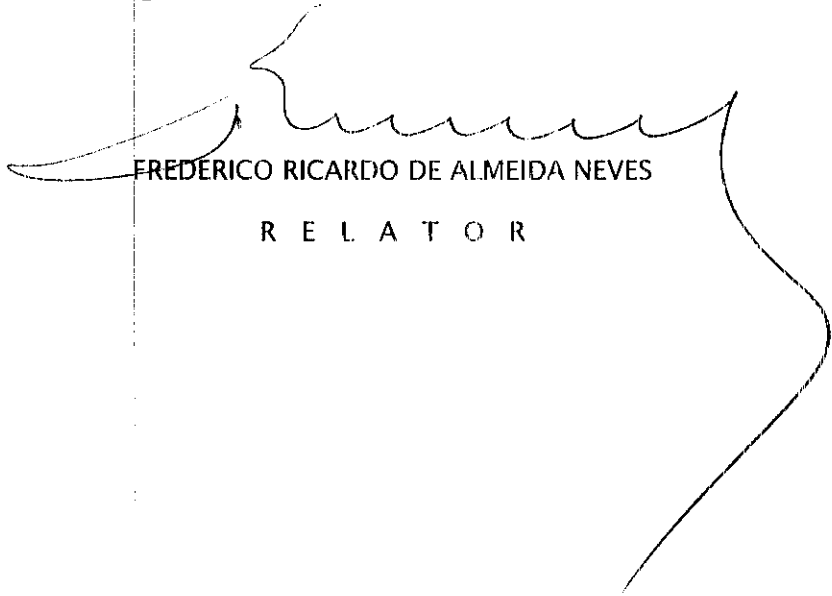
O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal..." (RTJ 173/29, junho/2000).

120

Por outro lado, conforme adverte MÁRIO GUIMARÃES "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia." (RT 413/325).

Nestas condições, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "*res in judicium deducta*", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado." (cf. RJTJSP 111/114)."

Por tais fundamentos, voto no sentido de rejeitar os presentes Embargos.



FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES
R E L A T O R